

**A DEMOCRACIA COMO OBJETO DE CONHECIMENTO
NA AMÉRICA LATINA**

Instituições, Centros de Pesquisa e Contexto Institucional

**Centros de Pesquisa sobre Democracia
no Brasil**

Introdução Geral e Resumo dos Resultados

Dayse Marie Oliveira



centro edelstein de pesquisas sociais
www.centroedelstein.org.br



www.plataformademocratica.org

2008

Este trabalho foi elaborado em 2006 dentro do projeto realizado pelo Centro Edelstein de Pesquisas Sociais e coordenado por Bernardo Sorj, de avaliação e levantamento das instituições, centros e pesquisadores que trabalham com o tema da democracia no continente. A pesquisa foi possível graças ao apoio do *Open Society Institute*, com o objetivo principal de produzir informações e análises para o desenvolvimento da Plataforma Democrática. O levantamento completo encontra-se em www.plataformademocratica.org.br. Os dados e opiniões apresentados são de responsabilidade pessoal dos autores e não representam necessariamente nem comprometem as instituições associadas ao projeto.

ISBN: 978-85-99662-32-8

Copyright ©: Centro Edelstein. 2008. Rio de Janeiro, Brasil.

O texto, em parte ou em sua totalidade, pode ser reproduzido para fins não comerciais dentro dos termos da licença de Creative Commons 2.5

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/br>



Centros de pesquisa sobre Democracia no Brasil
Introdução geral e resumo dos resultados

Dayse Marie Oliveira¹

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Agradeço o apoio da assistente de pesquisa Luciana Vanzan da Silva.

BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA	02
METODOLOGIA	03
OS CENTROS DE PESQUISA	
Vínculos institucionais	07
Tempo de existência	12
Áreas de pesquisa	12
Orçamento e fontes de financiamento	14
Recursos humanos	15
Parcerias	16
Missão	16
Dificuldades de financiamento	17
Relação com os poderes públicos	17
Disseminação da produção junto aos tomadores de decisões	18
OS PESQUISADORES	18
ANEXO I — Sites dos centros de pesquisa	20

BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA

O Brasil, diferente da maioria dos países latino-americanos, com a importante exceção do México, teve nas últimas décadas, uma expansão constante do sistema científico e dos recursos públicos a ele alocados. Inclusive no período da ditadura militar, o crescimento do sistema acadêmico científico não somente se ampliou, mas foram implantados novos cursos de pós-graduação em quase todas as universidades públicas.

Da mesma forma em que se expandiu o sistema público de centros de pesquisa, durante ainda durante o período militar, continuou-se o processo de consolidação de instituições de nível federal e, em menor medida, estadual, cuja função era a de realizar pesquisas de apoio ao governo federal. Assim, por exemplo, a Fundação Getúlio Vargas, criada nos anos de 1950 e financiada em parte por recursos públicos, continuou se expandindo, mesmo que, a partir da democratização, tenha perdido boa parte de sua influência na elaboração de políticas e na produção de quadros com funções executivas no governo. O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), criado em 1964, se transformou em um *Think Tank sui generis*, dependente do governo, mas manteve uma enorme gama de pesquisadores que realizam trabalhos de nível acadêmico, e que constitui uma das principais fontes de informação sobre a situação sócio-econômica do país e de propostas e análises críticas de políticas públicas, inclusive com alta exposição aos meios de comunicação. Papel igualmente relevante como gerador de informação agregada é o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Nas últimas décadas, houve desenvolvimento similar em nível estadual, com a criação de centros de pesquisa, geralmente com menos autonomia e nível científico junto às principais secretarias de governo dos estados brasileiros. Contudo, em alguns casos, apareceram institutos de pesquisa com maiores ambições, tais como, os casos da Fundação João Pinheiro no estado de Minas gerais, do SEADE (Fundação Sistema

Estadual de Análise de Dados), em São Paulo e do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), no estado do Paraná. O objetivo desses centros é o de informar e orientar as políticas públicas dos estados da federação.

Nos anos de 1970, ainda durante a ditadura militar, floresceram alguns centros de pesquisa que, tal como em outros países, deram refúgio a acadêmicos expulsos das universidades, como foi o caso do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análises e Planejamento), ou centros formados por pesquisadores que não encontraram, no ambiente burocrático da universidade, condições propícias, como foi o caso do CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea).

Com a democratização, apesar das dificuldades produzidas pela inflação, o sistema de pesquisa acadêmica de alto nível continuou centrado majoritariamente nas universidades públicas e em algumas poucas universidades privadas. As ciências sociais na última década têm passado por um processo complexo de adaptação às novas realidades sociais e ideológicas.

METODOLOGIA

O levantamento dos centros brasileiros privilegiou as organizações com nível de pesquisa acadêmica que focalizam os temas da consolidação democrática. Neste sentido, organizações não-governamentais (ONGs) que tratam de áreas específicas, como por exemplo meio ambiente, gênero, ou centradas no ativismo social e/ou *Advocacy*, com atividades de pesquisa apenas esporádicas, não foram incluídas. Do mesmo modo, não foram incluídos centros de pesquisa que tratam de áreas temáticas ou políticas públicas distantes aos temas mais gerais de construção de instituições democráticas. Este recorte foi necessário devido ao grande número de centros de pesquisa e ONGs que deveriam ser incluídos caso não utilizássemos um critério de seleção relativamente rígido.

Foram pré-selecionados 150 centros e instituições através das indicações do grupo de pesquisa e através das ferramentas de busca na Internet (basicamente no Google e no Banco de dados dos grupos de pesquisa do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Após o segundo levantamento de dados referentes aos 150 pré-selecionados (sites, endereços e telefones de contato, diretorias e áreas de pesquisa), foram escolhidos 43 centros onde a temática da democracia ocupava um lugar central no programa de pesquisas. Além disso, atentou-se pela representatividade nacional, procurando centros em todos os estados da federação.

Os diretores desses centros foram contatados, através dos respectivos e-mails pessoais e institucionais, com mensagem informativa sobre os objetivos da pesquisa e com o convite à prestação de informações de suas instituições. Tanto a ficha institucional, como a ficha do pesquisador, foram disponibilizadas em versão eletrônica e em versão de texto (doc) para o preenchimento. Nas mensagens convite, foram enviados os links com as fichas eletrônicas. No topo da ficha eletrônica, estava disposto o link para a versão de texto que poderia se salvar no computador do usuário e enviada oportunamente. A versão eletrônica dispunha de uma ferramenta de envio que dirigia as informações diretamente para o banco de dados do Centro Edelstein, facilitando o trabalho de envio das informações.

Para este primeiro levantamento foram considerados 43 centros de pesquisa (32 cujas fichas foram parcial ou totalmente preenchidas pelos respectivos diretores e 11 fichas que continham apenas as informações que a equipe de pesquisa encontrou nos sites institucionais). A principal diferença entre os grupos é que as fichas referentes aos centros do primeiro grupo vêm com informações acerca do orçamento anual, das dificuldades de financiamento, dos aspectos da disseminação do conhecimento, sobre as relações institucionais com poderes públicos e os formadores de opinião, bem como os

vínculos de parceria. Normalmente essas informações não estão disponibilizadas nos sites.

O primeiro grupo (cujas fichas foram parcial ou totalmente preenchidas pelos respectivos diretores) é formado por:

1. Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAP);
2. Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI);
3. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC);
4. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC);
5. Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES);
6. Centro de Recursos Humanos da UFBA (CRH);
7. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (CEPS);
8. Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV (CTS/FGV);
9. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL);
10. Conectas Direitos Humanos;
11. Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (DOXA);
12. Fundação João Pinheiro (Escola de Governo);
13. Fundação Perseu Abramo;
14. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE);
15. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania;
16. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB);
17. Instituto de Estudos da Religião (ISER);
18. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS);
19. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (IPPUR);
20. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial;
21. Instituto Futuro Brasil;
22. Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO);
23. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Democracia e Desenvolvimento (NADD);
24. Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU);

25. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp (NEPP);
26. Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV);
27. Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp (NEE);
28. Núcleo de Pesquisa Cultura, Cidade e Democracia da UFBA;
29. Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP (NUPPs);
30. Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP (NUPRI);
31. Programa de Segurança Humana do VivaRio;
32. Transparência Brasil.

O segundo grupo (cujas fichas foram preenchidas apenas com as informações que a equipe de pesquisa encontrou nos sites institucionais) é formado por:

1. Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC);
2. Centro de Políticas Sociais da FGV (CPS/FGV);
3. Instituto Cidadania;
4. Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA);
5. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
6. Instituto Sou da Paz;
7. Núcleo de Estudos da Democracia e de Política Comparada (DEMOS);
8. Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (NIED);
9. Núcleos de Pesquisa: Direitos Humanos e Políticas de Segurança Pública;
10. Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas (NP3);
11. Observatório de Favelas.

Quanto aos pesquisadores de relevância nacional, o primeiro levantamento detectou 50 nomes. Trata-se de uma área muito mais difícil de delimitar e certamente o universo de pessoas escolhidas apresenta serias limitações. Aqueles pesquisadores que faziam parte dos centros de pesquisa que receberiam a ficha institucional foram cortados já que estariam contemplados dentro da ficha institucional. Restaram, então, 23 nomes. Todos

foram contatados via e-mail ou por telefone. Treze enviaram a ficha com as informações referentes ao vínculo institucional e as áreas de pesquisa. Os pesquisadores são:

1. Boris Fausto;
2. Demétrio Magnoli;
3. Denis Lerrer Rosenfield;
4. Fábio Wanderley Reis;
5. Francisco Weffort;
6. Jessé Souza;
7. Joaquim de Arruda Falcão Neto;
8. José Murilo de Carvalho;
9. Leôncio Martins Rodrigues;
10. Mario Fucks;
11. Newton Bignotto;
12. Renato Janine Ribeiro;
13. Sérgio Abranches.

OS CENTROS DE PESQUISA

Vínculos institucionais dos centros de pesquisa

Dos 43 centros de pesquisa, cerca de 63%, ou 27 deles, estão diretamente vinculados a uma instituição, dos quais a grande maioria está vinculada a uma universidade ou centro de ensino universitário, apenas quatro centros estão vinculados a outro tipo de instituição. São estes o IPEA (ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), o Programa de Segurança Humana (ligado à ONG VivaRio), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania (ligado ao Instituto Cidadania Brasil) e a

CEPAL (que é um escritório regional da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, com sede central em Santiago do Chile).

Boa parte dos centros brasileiros de pesquisa listados nesse projeto são ou fazem parte de instituições sem fins de lucro. Dos 43 centros em destaque, as *ONGs com sede central local* e os *Centros independentes de pesquisas sem fins de lucro com sede central local* correspondem a 37,21% do total (cada categoria aparecendo oito vezes). Duas são *instituições governamentais* (o IPEA e a Fundação João Pinheiro Escola de Governo). Ainda apareceu um centro categorizado como *Agência internacional ou intergovernamental* (o escritório da CEPAL no Brasil) e um centro ligado a partido político (a Fundação Perseu Abramo).

Os centros de pesquisa que se encontram inseridos numa instituição maior, geralmente *universidade*, são:

Quadro I – Centros de pesquisa vinculados a alguma instituição e as respectivas instituições de vínculo

01	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania	UCAM
02	Centro de Recursos Humanos	UFBA
03	Centro de Tecnologia e Sociedade	FGV
04	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe	CEPAL
05	Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública	IUPERJ
06	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania	ICB
07	Instituto de Estudos Brasileiros	USP

08	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional	UFRJ
09	Laboratório de Estudos do Tempo Presente	UFRJ
10	Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Democracia e Desenvolvimento	USP
11	Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana	UFRJ
12	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas	Unicamp
13	Núcleo de Estudos da Violência	USP
14	Núcleo de Estudos Estratégicos	Unicamp
15	Núcleo de Pesquisa Cultura, Cidade e Democracia	UFBA
16	Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas	USP
17	Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais	USP
18	Programa de Segurança Humana	VivaRio
19	Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania	USP
20	Centro de Políticas Sociais	FGV
21	Instituto de Estudos Avançados	USP
22	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	MP
23	Núcleo de Estudos da Democracia e de Política Comparada	PUC/SP
24	Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade	UFRJ
25	Núcleos de Pesquisa: Direitos Humanos e Políticas de Seg. Pública	UECE
26	Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas	UnB
27	Centro de Estudos Direito e Sociedade	IUPERJ

Vários destes centros pertencem a mesma instituição universitária:

Quadro II – Instituições de vínculo com status de instituições de ensino universitário com os respectivos números de centros de pesquisa considerados nessa amostra

Instituição de ensino universitário	Número de centros	Porcentagem (considerando os 23 centros)
Universidade de São Paulo	7	30,43 %
Universidade Federal do Rio de Janeiro	4	17,39 %
IUPERJ	3	13,04 %
Fundação Getúlio Vargas	2	8,70 %
Unicamp	2	8,70 %
Universidade Cândido Mendes	1	4,35 %
Universidade Federal da Bahia	1	4,35 %
Universidade de Brasília	1	4,35 %
PUC/SP	1	4,35 %
Universidade Estadual do Ceará	1	4,35 %
TOTAL de Centros vinculados a instituições de ensino universitário	23	100%

Mesmo com o esforço da procura por centros de pesquisa que estivessem fora do eixo Rio-São Paulo, a participação maior ficou entre as Universidades desses dois estados, com São Paulo aparecendo com a USP, a Unicamp e a PUC (as três somando dez centros, ou 43,5 % do total) e o Rio de Janeiro, através da UFRJ, da FGV, do IUPERJ e da UCAM, aparecendo também com dez centros (os mesmos 43,5 % do total). A USP aparece com sete centros de pesquisa, bem acima da segunda universidade mais citada, a UFRJ, com quatro centros de pesquisa. Os demais estados da federação que tiveram

universidades presentes foram o estado da Bahia, o Ceará e o Distrito Federal, cada um com uma universidade citada.

Quanto às áreas de atuação dessas instituições de vínculo do grupo dos 27 centros de pesquisa, por ordem de relevância, apareceram a área *Pesquisa* em 25 casos (ou 92,59% do total de casos), *Publicações* em 24 instituições (88,89%), *Ensino, formação e capacitação* em 22 instituições (81,48%), *Seminários e conferências* em 21 (77,78% do total), *Projetos de intervenção social* em 19 (70,37%), *Interface com Políticas Públicas* em 18 instituições (66,67%). Com baixa relevância aparece *Advocacy* em apenas duas instituições (VivaRio e Universidade Cândido Mendes). A distribuição por número de ocorrências foi:

Quadro III - Áreas de atuação das instituições de vínculo dos 27 centros de pesquisa considerados como "centros de pesquisa vinculados" e os respectivos totais de ocorrências

Áreas de atuação da instituição de vínculo	Ocorrências	%
Advocacy	2	7,41
Pesquisa	24	92,59
Projetos de intervenção social	18	70,37
Interface com políticas pública	18	66,67
Seminários e conferências	20	77,78
Ensino, formação e capacitação	21	81,48
Publicações	23	88,89

Tempo de existência

Dos 43 centros de pesquisa, oito deles ou não informaram o ano de criação ou essa informação não foi encontrada nos sites. Daqueles 35 centros que temos as datas de criação, quase a metade tem mais de dez anos de existência (17 deles) e o restante (18 centros) têm menos de dez anos de existência.

Dentre os mais novos estão o Programa de Segurança Humana do VivaRio e o Centro de Estudos Direito e Sociedade, ambos criados em 2005. No ano anterior foram criados o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, o Núcleo de Estudos sobre o Congresso do IUPERJ e o Núcleo de Estudos da Democracia e de Política Comparada da PUC de São Paulo. A CEPAL foi criada em 1948, embora o escritório em Brasília surgiu apenas vinte anos depois. Depois da CEPAL, os centros mais antigos foram criados na última década de 60, tais como o Instituto de Estudos Brasileiros da USP (de 1962), o IPEA (de 1964) e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (de 1969). Os centros de pesquisa independentes e as ONGs, em sua maioria, foram criados no final dos anos 90 e início desta década, com exceção do CEBRAP (de 1969), do CEDEC (de 1976), do IBASE (de 1980) e do Instituto Fernand Braudel (de 1987). Com relação aos centros de pesquisa ligados a universidades, as datas de criação estão bem distribuídas a partir da década 80 até os dias atuais.

Áreas de pesquisa

Em ambas as fichas foram colocadas nove áreas de pesquisa. Normalmente, os centros não trabalham apenas com uma área de pesquisa, a maior parte optou por pelo menos três áreas. As exceções foram o Núcleo de Estudos sobre o Congresso, o Programa de Segurança Humana do VivaRio e o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da

Unicamp, cujas fichas tinham apenas uma opção marcada dentre as áreas de pesquisa indicadas.

Considerando a totalidade da amostra, 43 centros de pesquisa, as ocorrências das áreas de pesquisa indicadas foram:

Quadro IV - Áreas de pesquisa dos 43 centros de pesquisa e os respectivos totais de ocorrências

Áreas de pesquisa	Ocorrências	%
Crise e renovação das instituições políticas (partidos, parlamento, governo, regime político)	26	60,47
Sociedade civil/novas formas de participação cidadã/novos atores e movimentos sociais	36	83,72
Novos meios de comunicação, formação de opinião pública e emergência de novos espaços públicos	21	48,84
Violência, criminalidade, narcotráfico e seus impactos nas instituições democráticas	19	44,19
Acesso a justiça e proteção dos direitos humanos	15	34,88
Accountability/corrupção/transparência	10	23,26
Desigualdade social, pobreza e democracia (impacto sobre a consolidação democrática da exclusão social, a informalidade e as políticas compensatórias)	27	62,79
Cultura, identidades coletivas e democracia	27	62,79
Recursos naturais e seu impacto na política interna e externa	10	23,26

As ocorrências nas diversas áreas de pesquisa indicadas estão bastante equilibradas entre si. Apenas a área ligada ao estudo da sociedade civil e às novas formas de participação cidadã teve uma aparição mais acentuada, em 83,72% dos centros

considerados. Também ganham destaque as áreas ligadas ao estudo das instituições políticas, da desigualdade social, bem como ao estudo da cultura, das identidades coletivas e da democracia. Os menores índices de ocorrência foram na área ligada ao estudo dos recursos naturais e seus impactos nas políticas interna e externa e na área ligada ao estudo da corrupção, ambos com escore de apenas 23,26% do total da amostra.

Orçamento e fontes de financiamento

Dos 43 centros de pesquisa, mais da metade não informou quais são seus orçamentos anuais ou, nos casos em que as fichas foram preenchidas apenas com as informações do site, tal informação não estava disponível no material das páginas visitadas. Daqueles que responderam (17 centros), mais da metade (10 deles) trabalham com um orçamento anual inferior a 500 mil dólares. Apenas sete disseram que disponibilizam de um orçamento anual superior a 500 mil dólares.

Para as fontes de financiamento foram dadas sete opções objetivas e ainda a opção Outros. Foi indicado que se numerasse as opções de 1 a 8, colocando 1 para a mais importante e 8 para a menos importante. As opções foram:

1. Recursos Públicos
2. Fundações Internacionais
3. Cooperação Internacional
4. Organismos Internacionais
5. Fundações Nacionais
6. Fundos Próprios
7. Empresas
8. Outros

A opção *Recursos Públicos* foi a que mais recebeu o algarismo 1 (11 vezes), o que nos leva a concluir que a maior parte dos centros de pesquisa depende particularmente de financiamento público. Depois desta opção, aparece as *Fundações Internacionais* que recebeu oito vezes o algarismo 1. Os *organismos internacionais* não receberam, em nenhuma das fichas, o algarismo 1. As fontes de financiamento que receberam a maior quantidade de algarismo 8 foram a opção *Fundos próprios* e a opção *Empresas*. Estes dados devem ser qualificados, pois alguns usuários preencheram apenas uma opção, muitos preencheram apenas quatro opções, deixando boa parte das opções sem qualquer algarismo. Além disso, algumas fichas que foram preenchidas pela equipe de pesquisa não receberam qualquer marcação nesse campo, pois os sites normalmente não trazem essas informações.

Recursos humanos

Na ficha institucional havia um campo onde se perguntava o número de funcionários, de pesquisadores do quadro e de pesquisadores associados. Apareceram os totais de 312 pesquisadores do quadro (uma média de 12 pesquisadores por centro), 164 pesquisadores associados (média de 10) e 396 funcionários (média de 15 por centro). Dos 28 centros que informaram quantos pesquisadores possuem em seus quadros, os escores levantados foram:

Quadro V – Número de pesquisadores no quadro dos 28 centros que informaram:

Número de pesquisadores no quadro	Ocorrências	%
até 1 pesquisador	01	3,57%
de 1 a 3 pesquisadores	08	28,57%
de 4 a 10 pesquisadores	08	28,57%
mais de 10 pesquisadores	11	39,29%

Parcerias

Dentre as opções disponíveis na ficha institucional, as ocorrências foram:

Quadro VI – Tipos de instituições que mantêm parcerias com os 43 centros de pesquisa e respectivas ocorrências

Mantêm relações de trabalho com:	Ocorrências	%
Organismos governamentais	31	72,09
Organismos governamentais estrangeiros	5	11,63
ONGs nacionais	20	46,51
ONGs estrangeiras	10	23,26
Instituições internacionais	26	60,47

Missão

No conjunto das missões desses centros de pesquisa, o verbo mais presente foi o verbo *pesquisar*, confirmando o perfil de pesquisa dos centros levantados. Além de *pesquisar*, os verbos que mais apareceram foram *promover*, *avaliar*, *construir*, *contribuir*, *debater*, *desenvolver*, *disseminar*, *divulgar*, *fortalecer*, *promover*, *implementar*, *produzir*, *formar*, *treinar*, com uma atenção especial aos verbos *disseminar*, *contribuir*, *implementar* e *promover* e *avaliar*. Isso mostra o perfil institucional da maior parte dos centros, pois tal como indicado anteriormente, trata-se de centros inseridos dentro de instituições de ensino, onde um dos objetivos principais é a disseminação do conhecimento. Os verbos *contribuir*, *implementar* e *promover* em geral estão acompanhados da palavra

democracia ou *debate democrático*. Os verbos geralmente ligados aos discursos fomentadores de intervenções mais diretas no contexto social, tais como *agir*, *combater*, *comprometer-se*, *executar*, *intervir*, *interar*, *resistir* e *reposicionar*, dentre outros, também têm uma participação nas missões desses centros de pesquisa

Dificuldades de financiamento

A maior dificuldade de financiamento desses centros de pesquisa está relacionada à manutenção do quadro de pesquisadores, pois em geral os projetos têm prazos e recursos limitados. Se os projetos não são renovados, membros das equipes procuram outros centros que estejam montando seus quadros de trabalho para os novos projetos. A situação é de alta rotatividade, mesmo considerando as instituições de ensino, cujos recursos para a pesquisa acadêmica vêm diminuindo a cada ano. Nos centros que não são, ou não estão, ligados diretamente a instituições de ensino, a situação é ainda mais difícil já que os recursos mínimos para manutenção da infra-estrutura muitas vezes não são assegurados como numa universidade. Em todos os casos ainda existe a desigual interlocução com as agências de fomento, onde estas procuram dirigir os recursos financeiros para projetos que se aproximem de suas agendas. Os diretores também citaram a pouca participação do setor privado no financiamento dos projetos desenvolvidos.

Relação com os poderes públicos

Os centros de pesquisa se dividiram entre o grupo que consideram que possuem boas relações com os poderes públicos através de parcerias e de interlocução na formulação de políticas públicas e outro grupo que têm dificuldades nesta relação. As dificuldades giram em torno da falta de parcerias, da morosidade na aprovação de projetos por parte

dos poderes públicos e da burocracia para acesso a informações que deveriam estar facilmente disponíveis. A burocracia nos contratos firmados também aparece como uma dificuldade nas relações dos centros de pesquisas com os poderes públicos.

Disseminação da produção junto aos tomadores de decisões

Grande parte dos centros de pesquisa publica periódicos ou outros materiais de divulgação dos resultados de suas pesquisas e de outros documentos relevantes ao trabalho.

OS PESQUISADORES

Dos 13 pesquisadores que responderam a ficha individual, quatro estão vinculados a instituições localizadas em São Paulo, quatro em instituições localizadas no Rio de Janeiro, mais quatro em Minas Gerais e apenas um pesquisador vinculado a uma instituição localizada no rio Grande do Sul.

Quanto às áreas de pesquisa, as ocorrências foram:

Quadro VII – Áreas de pesquisa e números de pesquisadores

Áreas de pesquisa	Pesquisadores	%
Crise e renovação das instituições políticas (partidos, parlamento, governo, regime político).	9	69,23
Sociedade civil/novas formas de participação cidadã/novos atores e movimentos sociais.	6	46,15
Novos meios de comunicação, formação de opinião pública e emergência de novos espaços públicos.	4	30,77

Violência, criminalidade, narcotráfico e seus impactos nas instituições democráticas.	1	7,69
Acesso a justiça e proteção dos direitos humanos.	3	23,08
Accountability/corrupção/transparência.	3	23,08
Desigualdade social, pobreza e democracia (impacto sobre a consolidação democrática da exclusão social, a informalidade e as políticas compensatórias).	7	53,85
Cultura, identidades coletivas e democracia.	9	69,23
Recursos naturais e seu impacto na política interna e externa.	1	7,69

As áreas de pesquisa ligadas à temática da crise e renovação das instituições políticas e à temática da cultura, das identidades coletivas e da democracia foram as mais optadas pelos pesquisadores. A opção *Sociedade civil e novas formas de participação cidadã* aparece nas fichas de seis pesquisadores. Essa área de pesquisa foi a que mais apareceu nas fichas institucionais. As áreas menos relevante nos trabalhos desses pesquisadores são a violência, criminalidade, narcotráfico e os recursos naturais. Cada uma delas aparece em apenas uma ficha. Ganha destaque também a temática da desigualdade social, com sete ocorrências. O pesquisador Demétrio Magnoli foi o único que não optou por nenhuma dessas opções, inserindo a opção *Relações Internacionais e Política Externa Brasileira*.

ANEXO I

SITES DOS CENTROS DE PESQUISA

Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAP)

<http://www.cebrap.org.br/>

Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)

<http://www.cebri.org.br/>

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC)

<http://www.cedec.org.br/>

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

<http://www.ucamcesec.com.br/>

Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES)

<http://www.cedes.iuperj.br/>

Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC)

http://plsql1.cnpq.br/dwdiretorio/pr_detalhe_bt_grupos?strPNroIdGrupo=0067702CJCJSUT&strPQuery=&strPConector=ALL

Centro de Políticas Sociais da FGV (CPS/FGV)

<http://www.fgv.br/cps>

Centro de Recursos Humanos da UFBA (CRH)

<http://www.crh.ufba.br/apresentacao.html>

Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV (CTS/FGV)

<http://www.diretorio.fgv.br/cts/index.html>

Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (CEPS)

<http://www.centroedelstein.org.br/>

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/0/5560/p5560.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>

Conectas Direitos Humanos

<http://www.conectas.org/>

Fundação João Pinheiro (Escola de Governo)

<http://www.fjp.gov.br/>

Fundação Perseu Abramo

<http://www.fpabramo.org.br/portal/>

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)

<http://www.ibase.org.br/>

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania

<http://www.institutocidadania.org.br/>

Instituto Cidadania

<http://www.icidadania.org.br/>

Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA)

<http://www.iea.usp.br/iea/>

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)

<http://www.ieb.usp.br/>

Instituto de Estudos da Religião (ISER)

<http://www.iser.org.br/>

Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)

<http://www.iets.org.br/>

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (IPPUR)

<http://www.ippur.ufrj.br/>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

<http://www.ipea.gov.br/>

Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial

<http://www.braudel.org.br/>

Instituto Futuro Brasil

<http://www.ifb.com.br/>

Instituto Sou da Paz

<http://www.soudapaz.org/>

Laboratório de Estudos do Tempo Presente (TEMPO)

<http://www.tempopresente.org/index.php>

Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (DOXA)

<http://doxa.iuperj.br/>

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Democracia e Desenvolvimento (NADD)

<http://www.nadd.prp.usp.br/>

Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU)

<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/>

Núcleo de Estudos da Democracia e de Política Comparada (DEMOS)

<http://www.pucsp.br/demos/>

Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV)

<http://www.nevusp.org/portugues/>

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp (NEPP)

<http://www.nepp.unicamp.br/>

Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp (NEE)

<http://www.unicamp.br/nee/>

Núcleo de Pesquisa Cultura, Cidade e Democracia da UFBA

<http://www.prppg.ufba.br/sisgrupos/grupos/grupo202.html>

Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP (NUPPs)

<http://www.usp.br/nupps/>

Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas (NP3)

<http://www.unb.br/ceam/np3/>

Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP (NUPRI)

<http://www.usp.br/cartainternacional/modx/>

Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (NIED)

<http://www.ifcs.ufrj.br/csociais/nied/>

Núcleo de Pesquisa: Direitos Humanos e Políticas de Segurança Pública
<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0040702N3X1CYS>

Observatório de Favelas
<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatorio/index2.asp>

Programa de Segurança Humana do VivaRio
<http://www.vivario.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=54&infoid=143>
6

Transparência Brasil
<http://www.transparencia.org.br/>